

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Aos 24 dias do mês de setembro de 2015, às 14:00 horas na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasileia . Betim, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP dentre os quais: 1) Marcelo Jorge da Mata . titular representante do Poder Executivo; 2) Rosemary Galvão da Silva Paula . titular representante do Poder Legislativo; 3) José Braga Vieira . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB); 4) Andrea Deborah da Costa . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 5) Maria Conceição Silva Pimenta . suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE); 6) Luiz Fernando de Souza Oliveira . titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB) e 7) Getúlio Gonçalves Borges . titular, representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). O conselheiro Leonardo Cardoso de Alvarenga . titular representante do Poder Executivo justificou sua ausência. Pelo IPREMB o senhor Evandro Manoel Firmino da Fonseca . Diretor Executivo; a senhora Camila Francisca Nolasco . Chefe de Divisão de Contabilidade; o senhor José Geraldo Fernandes Martins - Advogado e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Balancete e 2) Carteira de Investimentos. O Diretor Executivo Evandro solicitou espaço para informes referentes a dois projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal de Betim. Pela ausência da Presidente do CMP Genoveva de Carvalho Soares e seu suplente João Batista do Amaral, seguindo o que prevê no Regimento Interno ficou designado à conselheira Rosemary a função de Presidente em substituição. O Diretor Executivo Evandro questiona se há alguma manifestação quanto aos balancetes dos meses de julho e agosto de 2015 e a carteira de investimentos do mês de julho de 2015 entregues aos membros do CMP via e-mail. Não há manifestações. O Diretor Executivo Evandro comenta que a carteira do mês de agosto, que será apresentada para a próxima reunião, teve rentabilidade negativa devido a crise econômica que o país enfrenta. Junto à carteira de agosto de 2015 será enviado aos conselheiros um relatório sobre o mercado econômico e frisa que os fundos IDKA 2 contribuíram com o percentual negativo. O Diretor Executivo Evandro informa que já são três parcelas patronal em atraso e a nova dívida da Prefeitura Municipal de Betim - PMB com o Ipremb já soma mais de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais). O conselheiro Luiz Fernando pergunta se há atrasos também no repasse da PMB para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). O Diretor Executivo Evandro diz que não sabe, mas buscará resposta. Fala também sobre o projeto de lei que aumenta o número de cargos efetivos do Instituto e que está em tramitação na Câmara. Informa que conversou no dia 21 de setembro de 2015 com alguns representantes dos servidores, com os vereadores Antônio Carlos e Klebinho Rezende e esclareceu as dúvidas. Acrescenta que houve falha por parte do Governo em encaminhar o projeto em caráter de urgência, sugere e se dispõe a prestar esclarecimentos sobre assuntos do Ipremb a Comissão dos Servidores sempre que a mesma procurá-lo. Comenta que é interessante para o Instituto que sua gestão seja feita por servidores do quadro próprio e que isto é, inclusive, uma demanda antiga dos representantes dos servidores municipais, além de ser uma previsão legal. Atualmente o quadro do Ipremb é composto por 16 servidores cedidos pela Prefeitura, destes 5 (cinco) ocupam cargos em comissão, e 16 servidores concursados pela autarquia, sendo 8 (oito) analistas previdenciários, 5 (cinco) assistentes administrativos, 1 (um) advogado, 1 (uma) assistente social e 1 (um) técnico de informática. Houve um grande número de requerimentos de aposentadoria, grande parte decorrentes do PIA (Programa de Incentivo à Aposentadoria). Há aproximadamente 180 (cento e oitenta) processos pendentes, e a estimativa atual é que nos próximos 4 (quatro), 5 (cinco) anos o número de requerimentos cresça significativamente, pois os servidores que tomaram posse através dos concursos realizados em 1990 e 1992 estão completando os requisitos para se aposentar. Além desse fator as especulações sobre mudanças nas regras de aposentadoria fazem com que os servidores entrem com processos de aposentadoria assim que adquirem o direito a mesma. A média mensal de conclusão de processos de aposentadoria é de 30 (trinta) a 35 (trinta e cinco) processos. Em setembro esse número

atingiu 38 (trinta e oito). Lembra que não é gerado vacância de cargo na Prefeitura enquanto a portaria que concede a aposentadoria não for publicada no Órgão Oficial e isto só acontece mediante a conclusão do processo. Para a PMB é interessante essa agilidade, pois o servidor passa a receber pelo Ipremb, aliviando seu custeio com a folha de pagamento. Há também dentro da Divisão de Benefícios demanda sobre acúmulos de cargos, revisão da Certidão de Tempo de Contribuição do INSS e servidores do quadro setorial da Saúde cedidos para o quadro setorial da Administração, que recebiam remuneração como se da Administração fossem e os padrões de progressão entre os quadros são divergentes e no ato da aposentadoria é necessário fazer esta correção. Tudo isto gera demora na conclusão dos processos. Além dos processos de aposentadoria, há demanda de acompanhamento dos processos passíveis de Comprev (compensação previdenciária). Hoje o Comprev exige reciprocidade na análise dos requerimentos entre RPPS e INSS, estabelece os índices de proporção, que abaixo do estipulado, implica no bloqueio do pagamento. Daí a necessidade de um analista previdenciário para fazer o serviço. O Comitê de Investimentos também demanda um analista previdenciário exclusivo para acompanhar o mercado e os investimentos. A Auditoria e Controle Interno do Instituto também precisa de um analista previdenciário para auxiliar o Auditor Wesley nas análises de processos. A intenção é criar 10 (dez) novos cargos de analista previdenciário e 10 (dez) novos cargos de assistente administrativo. Não há estimativa de custo, os mesmos contabilizam gastos a partir do momento em que os servidores forem tomando posse. Inicialmente seriam chamados para ocupar os cargos 6 (seis) analistas previdenciários, sendo 1 (um) para o Comitê, 1 (um) para a Auditoria e Controle Interno, 1 (um) para a Divisão Administrativa e 3 (três) para a Divisão de Benefícios. Seriam chamados também 2 (dois) assistentes administrativos para o Protocolo e Arquivo. Todos convocados através do concurso realizado em 2012 e vigente até maio de 2016. O conselheiro Luiz Fernando pergunta se a criação de 10 (dez) novos cargos, não gera expectativa dos aprovados no concurso e risco dos mesmos entrarem na justiça para assumi-los. O Diretor Executivo Evandro responde que todas as vagas oferecidas conforme o edital do concurso foram preenchidas. O conselheiro Marcelo pergunta se haverá novo concurso. O Diretor Executivo Evandro informa que a princípio não haverá concurso. A ideia de criar um total de 20 cargos é pensando a longo prazo, estratégia de gestão, uma vez que o concurso vigente vencerá em maio de 2016. Após o projeto ser aprovado pela Câmara e sancionado pelo Prefeito, estima-se que em aproximadamente 40 dias sejam efetuadas as convocações. Os servidores serão lotados e qualificados conforme perfil. O conselheiro Luiz Fernando fala que quanto a este projeto está bem esclarecido. Manifesta o desejo em convocar para a próxima reunião o secretário de Planejamento e Gestão para tratar dos processos pendentes e repasse patronal. Pergunta se há legislação que garante o comparecimento dos secretários convocados. O Diretor Executivo Evandro responde que não há. O conselheiro Luiz Fernando solicita cópia dos termos de parcelamento. O Diretor Executivo Evandro informa que o Instituto participou do 6º Prêmio Boas Práticas de Gestão Previdenciária realizado pela ANEPREM (Associação Nacional de Entidades de Previdência dos Estados e dos Municípios). Em total de 58 (cinquenta e oito) pontos possíveis o Ipremb contabilizou 47 (quarenta e sete) e ficou em 7º (sétimo lugar) na categoria grande porte, onde 9 (nove) se classificaram. Foram 39 entidades concorrentes e o Ipremb foi o único município mineiro participante. O Diretor Executivo Evandro comenta também sobre um Projeto de Lei Complementar que regulamenta Emenda Constitucional nº. 88/2015 que dispõe sobre a aposentadoria compulsória elevando a idade de 70 anos (setenta) para 75 (setenta e cinco). O projeto prevê que os servidores que se aposentarem aos 75 (setenta e cinco) anos terão direito de receber seus proventos integrais e ao completar 70 (setenta) anos ficarão isentos da contribuição previdenciária e deverão passar por perícia médica anualmente para atestar sua capacidade laborativa. O conselheiro Marcelo pergunta sobre a sede do Ipremb. O Diretor Executivo Evandro informa que a empresa ASTENG ganhou a licitação para a avaliação dos terrenos. Dentre os terrenos avaliados está o prédio que hoje funciona o Fórum cujo comodato encerra em 2020. Atualmente o Ipremb paga com aluguel 10 (dez) mil reais. O fundo criado e destinado para a construção da sede é de 10 (dez) milhões de reais. O rendimento que este fundo gera dá uma margem de lucro de 90 (noventa) mil reais por mês. Sendo assim, há possibilidade de fazer a sede do Ipremb no prédio do Fórum. As ações serão discutidas com os dois conselhos. O Diretor Executivo Evandro comenta sobre outro projeto de lei que tramita na Câmara e diz respeito ao reajuste dos

aposentados e pensionistas sem paridade. Três regras de aposentadoria dão direito a paridade, as regras de transição fundamentadas no Art. 6º e 6º A da Emenda Constitucional 41/2003 e o Art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, além das três, as regras do direito adquirido. As demais regras têm seu reajuste feito anualmente seguindo o índice do Regime Geral/INSS. Acrescenta que a legislação federal determina que os municípios tenha lei própria regulamentando a situação. Daí a necessidade de criar tal lei convalidando os reajustes. O conselheiro Luiz Fernando diz que se a Lei municipal nº 4275/2005 já prevê tal reajuste não há necessidade de se criar outra lei tratando do mesmo assunto. A conselheira Andrea informa que a lei municipal nº 4275/2005 é anterior a ADI, por isso é preciso regulamentar, entendendo todos os presentes da viabilidade do projeto de lei. O Diretor Executivo Evandro fala sobre a minuta de projeto de lei que transforma o cargo de Advogado do Ipreamb no cargo de Procurador Autárquico Previdenciário Municipal e dá isonomia ao cargo de Procurador Municipal conforme a Lei Municipal nº 5659 de 2014. Atualmente todos os Procuradores Municipais recebem gratificação. O Ipreamb é o único órgão municipal que não foi contemplado com a lei embora exerça a mesma função. O advogado José Geraldo esclarece que faz representação judicial e extrajudicial, assim como os procuradores da PMB. As responsabilidades são as mesmas, porém não recebe a gratificação. O Diretor Executivo Evandro solicita que os membros do CMP estudem a situação e deem o seu aval na próxima reunião que acontecerá no mês de outubro. Informa que a partir do dia 1º de outubro de 2015, o então advogado José Geraldo assumirá o cargo de Procurador Autárquico e o atual Procurador Alexandre de Freitas Machado será exonerado por questões particulares. A conselheira Andrea comenta que o Sind-Ute defende a isonomia entre servidores, porém o Ipreamb recebe tratamento diferenciado por ser uma autarquia e cita o exemplo das férias-prêmio. O Diretor Executivo Evandro explica que na ocasião as ações tomadas foram em comum acordo com a Prefeitura, uma vez que o decreto não atingiu o IPREMB. Porém, diante da situação, houve devolução dos valores creditados referentes a férias-prêmio de todos os servidores. Em um segundo momento os mesmos voltaram a receber aplicando o parcelamento conforme a faixa salarial previsto na legislação do Município. O advogado José Geraldo lembra que recentemente foi aprovado pela Câmara a inclusão dos servidores da autarquia no estatuto do Servidor equiparando-os aos demais servidores municipais. O projeto de lei que altera a Lei Municipal nº 5108 de 2011, gerando isonomia entre os servidores municipais e regulamentando assim a progressão por tempo de serviço e promoção por nova qualificação, também foi aprovada e aguarda sanção do Prefeito. O conselheiro Marcelo pede uma posição sobre o censo previdenciário. O Diretor Executivo Evandro informa que foi encaminhado um e-mail ao NAP (Núcleo Atuarial de Previdência) solicitando nova proposta tendo em vista que serão necessários aos servidores apresentarem apenas documentos que provem o tempo de contribuição anterior a data de ingresso no Município. Ainda não houve resposta. Será agendada para o mês de outubro uma reunião entre Ipreamb e NAP para fechar as questões pendentes e iniciar o processo de contratação da empresa. Lembra que a greve do INSS dificulta a emissão do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais) que demonstra a contribuição para tal órgão e pode gerar atrasos na execução do censo. O Diretor Executivo Evandro informa também que acontecerá no mês de novembro, entre os dias 09 e 13, em comemoração aos dez anos da instituição e ao dia do servidor a Semana da Educação Previdenciária. Na ocasião será convidado a participar o representante do Ministério da Previdência Social Narlon Nogueira para tratar de questões referentes a pensão e a súmula vinculante nº 33. Além desses assuntos serão abordados durante a Semana outras questões ligadas a benefícios previdenciários. O conselheiro Luiz Fernando sugere que o evento aconteça na semana do dia 16 de novembro, pois a semana do dia 09 de novembro acontecerá alguns eventos para os servidores da Educação. O Diretor Executivo Evandro concorda em alterar a data. Esclarece ainda que haverá palestras na parte da manhã e tarde e voltadas para o público específico dos quadros da Administração, Educação e Saúde. Demonstra tristeza ao ver que os servidores não valorizam iniciativas como essa e exemplifica as audiências públicas realizadas no 1º semestre que tratou de assuntos que envolvem o Ipreamb, como dação de terrenos e segregação de massa. A participação foi mínima, cerca de 200 servidores. Espera que a Semana da Educação Previdenciária haja maior envolvimento, pois é importante o servidor conhecer, acompanhar e planejar a sua aposentadoria e seu futuro. O conselheiro José Braga pede a palavra e diz que o servidor está cada vez mais insatisfeito com o Governo que cortou vários benefícios. Tendo

discutido todos os itens de pauta e sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Rosemary Galvão da Silva Paula . titular representante do Poder Legislativo na qualidade de Presidente do CMP

Marcelo Jorge da Mata . titular representante do Poder Executivo

José Braga Vieira . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB)

Andrea Deborah da Costa . titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Maria Conceição Silva Pimenta . suplente representante dos servidores ativos da Saúde (SINDSAÚDE)

Luiz Fernando de Souza Oliveira . titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB).

Getulio Gonçalves Borges . titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB).

Representantes do IPREMB

Evandro Manoel Firmino da Fonseca . Diretor Executivo

Camila Francisca Nolasco . Chefe de Divisão de Contabilidade

José Geraldo Fernandes Martins - Advogado

Darlene Rocha Nunes Rodrigues - Secretária para o Ato

(PUBLICADA NO ÓRGÃO OFICIAL DE 17/12/2015)